

# Inclusão industrial

**P**etróleo acima de US\$ 120 o barril, perspectiva de descoberta de novos campos, pré-sal, ambiente propício a investimentos, Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), conteúdo nacional, enfim, um cenário extremamente favorável. Oportunidade para todos? A resposta é não. Pelo menos, não ainda.

Uma grande quantidade de empresas que até

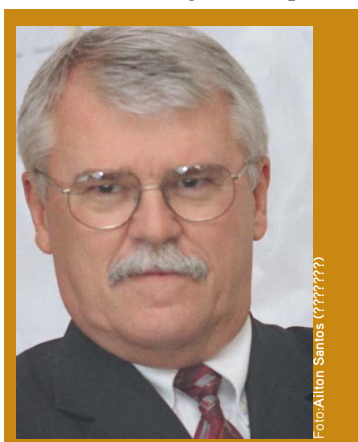


Foto: Allion Santos (???????)

agora não conseguiu aproveitar as oportunidades ora existentes, provavelmente, não o conseguirá em futuro próximo, a não ser que sejam adotadas medidas corretivas de imediato. Os motivos são vários e vão do desconhecimento do setor de petróleo e gás por parte de bom número dessas empresas até fatores exógenos recor-

rentes – custo do capital, impostos, falta de isonomia com empresas estrangeiras, entre outros –, que impedem que sejam competitivas ou possam, até mesmo, participar em licitações.

Inegavelmente, os empreendimentos mais recentes têm experimentado significativo aumento no conteúdo nacional. A Petrobras, principal contratante, já criou funções específicas para assegurar o conteúdo nacional em seus investimentos. O Prominp foi criado com essa finalidade. A Organização Nacional da Indústria do Petróleo e Gás (Onip) tem feito a sua parte. E o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) tem atuado na capacitação de micro e pequenas empresas para o petróleo.

Aparentemente, o assunto está caminhando bem, mas quando analisamos mais detidamente cada projeto, verificamos que existem famílias inteiras de itens que não estão sendo comprados no país, apesar de fabricados, testados e aprovados pelas instituições competentes em cada área. Os motivos mais alegados são prazo e condições de pagamento.

Ocorre que, com a complexidade crescente dos processos e com a necessidade de as empresas de petróleo se dedicarem às suas atividades-fim, os contratos estão cada vez mais 'empacotados', ficando a responsabilidade da maioria das contratações das partes por conta das contratadas principais.

Outro complicador é que, com o controle de conteúdo considerando apenas valor, os bens de menor custo acabam sendo pouco representativos no todo. E mesmo quando nada de um determinado segmento industrial é comprado no Brasil, o impacto no conteúdo total é desprezível. Daí fica o desafio: analisar a possibilidade da utilização de outros parâmetros para essa aferição. Poderia ser uma possibilidade os homens-hora envolvidos.

Com o objetivo de contribuir para a redução dessa 'distorção', a Associação Brasileira da Indústria e Equipamentos (Abimaq) está adotando uma série de ações de modo a tornar a entidade uma espécie de agência de fomento de negócios para a indústria de máquinas e equipamentos. Dentre as principais ações adotadas estão: a identificação de demandas futuras, medidas que promovam a competitividade e o desenvolvimento tecnológico, a busca do tratamento isonômico entre a indústria nacional e itens importados e o fomento à formação de parcerias no país e no exterior – visando incrementar o portfólio de produtos oferecidos e os mercados para esses produtos. É importante também conscientizar os contratados e subcontratados principais para o potencial das empresas nacionais.

A solução para a construção de uma indústria forte e competitiva inclui ainda a busca de parcerias com empresas estrangeiras, para encurtar caminhos no desenvolvimento de tecnologia, a prospecção de novos mercados e a maximização da utilização dos diversos mecanismos de incentivos hoje existentes.

No mais, resta ainda atuar no aperfeiçoamento dos processos licitatórios objetivando ajustar condições contratuais, de pagamento, cobrança de multas e condições para cadastramento – fatores que hoje afetam mais as empresas de pequeno porte, as quais, como todo mundo sabe, são as principais geradoras de emprego.

É mais do que hora de corrigir essa 'exclusão industrial'. ■